

Paula M. de C. Pinto Costa \*  
 Júlia Isabel Coelho C. Alves de Castro \*

## A alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta em 1517\*\*

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estudar o movimento alfandegário do porto seco de Freixo de Espada-à-Cinta, no ano de 1517. Freixo constituía uma realidade alfandegária independente, se bem que nesta zona fronteiriça transmontana existissem outras alfândegas – Torre de Moncorvo e Miranda do Douro – cujo registo faz parte igualmente do códice que estudamos. Dado o interesse do tema e a necessidade de dar continuidade a este tipo de estudos, não excluimos a hipótese de vir a trabalhar núcleos documentais de perfil semelhante.

A falta de estudos relativos ao sistema alfandegário na Idade Média portuguesa reflecte, por sua vez, a escassez de testemunhos documentais coevos<sup>1</sup>. Por tal motivo, torna-se impossível estabelecer uma comparação entre os diversos portos secos, o que por certo contribuiria para enriquecer a abordagem que agora fazemos. É importante avançar com estudos nesta área, de forma a ser possível integrar a realidade alfandegária no sistema comercial então vigente. Nele circulavam homens, fossem eles mercadores ou almocreves, que chegavam aos

\* Mestres em História Medieval pela FLUP.

\*\* Comunicação apresentada ao V Colóquio Galaico-Minhoto (Braga, Setembro de 1994).

<sup>1</sup> No âmbito do estudo das alfândegas na Idade Média portuguesa, podemos destacar os seguintes trabalhos: CASTRO, Elisa e CUNHA, Mário – *O livro da sisa da alfândega de Caminha no ano de 1527*. «Caminiana. Revista de cultura histórica, literária, artística, etnográfica e numismática». Caminha. vol. VIII, nº 13 (Dez. 1986), p. 149-215. PEREIRA, João Cordeiro – *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI: Vila do Conde organização e movimento*. Lisboa: Universidade Nova, 1983. LENCASTRE, Francisco Salles de – *Estudo sobre as portagens e as alfândegas em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981. MONTEIRO, Manuel G. – *As alfândegas no espaço português*. [s.l.: s. n.], 1969.

<sup>2</sup> RAU, Virgínia – *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 42-49.

mercados e às feiras, estabelecendo um intercâmbio que ultrapassava em muito o comercial.

A insegurança deste mundo medieval, desde cedo obrigou os monarcas a criarem instituições jurídicas de protecção a esta tão importante circulação de homens e produtos, merecendo relevo a paz de feira e a carta de feira<sup>2</sup>. Mas não foram apenas motivos ligados à segurança que levaram o poder central a interferir neste domínio. De toda esta actividade resultavam rendimentos que se revelaram avultados. Como tal, o sistema tributário contou com as receitas provenientes da portagem, da passagem, da dízima e da sisa, entre outros<sup>3</sup>. Estas contribuições constituíram mecanismos de tributação fundamentais para o erário régio, que, pela frequência com que surgem na documentação medieval, revelam a importância que tinham no conjunto das actividades ligadas ao comércio.

Freixo de Espada-à-Cinta é uma vila situada na comarca de Trás-os-Montes, junto à margem direita do Rio Douro e próxima da fronteira com o reino de Castela. Era uma terra de jurisdição régia, constituindo um couto de homiziados, cuja data de instituição se desconhece<sup>4</sup>.

O foral antigo de Freixo é do ano de 1152, sendo do mesmo tipo do de Salamanca. Sancho II, em 1240, ao outorgar-lhe foral de vila, para além dos muitos privilégios concedidos, torna-a sede de concelho. Oito anos decorridos, em 1248, através de outro diploma foralengo, confirma-lhe foros e privilégios já concedidos. A 1 de Outubro de 1512, D. Manuel concede-lhe foral novo.

## 2. A FONTE

O códice que serviu de base a este trabalho encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no *Núcleo Antigo*, catalogado com o n.º 825 e com a designação de «*Alealdamento das Alfândegas dos Portos de Trás-os-Montes*». Conta com 199 fólhos em papel, protegidos por uma capa de pergaminho. O seu estado de conservação é bom. Este livro foi escrito no ano de 1517, em letra processada.

Em termos de estrutura interna, esta fonte encontra-se dividida em três partes: Freixo de Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo e Miranda do Douro, correspondendo a parte de Freixo aos primeiros 70 fólhos. O registo das mercadorias manifestadas nestes três portos é feito de forma semelhante; de momento, optamos

<sup>3</sup> SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990. «Dízima», (vol. II, pp. 326-328), «Passagem ou Peagem» (vol. V, p. 9), «Portagem» (vol. V, pp. 122-123) e «Sisas» (vol. VI, pp. 1-2). Ver ainda SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim – *Elucidário...* Edição crítica de Mário Fiúsa. Porto, Lisboa: Livraria Civilização, 1984. «Dízima», «Passagem» e «Portagem», vol. II, p. 199, 468 e 487, respectivamente.

<sup>4</sup> MORENO, Humberto Baquero – *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa*. In «Estudos de História». Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 95.

por restringir a nossa descrição ao núcleo correspondente a Freixo. Cada registo tem início com a designação do mercador e respectivo local de residência, acrescido, ou não, de outros elementos toponímicos e/ou de parentesco. Depois desta identificação enumeram-se os vários movimentos efectuados por cada um deles ao longo dos meses do ano, o que, em alguns casos, pode ocupar mais de um fólio. Em norma, cada registo contém os seguintes componentes: a data, constituída pelo dia e mês, o tipo de movimento, o produto correspondente e a respectiva unidade de medida.

### 3. A ALFÂNDEGA DE FREIXO DE ESPADA-À-CINTA

Este estudo foi elaborado com base no registo feito do movimento da alfândega do porto seco de Freixo, que no dito códice corresponde aos fólios 1 a 70, repetimos. A fonte contempla três termos que nos parecem indicadores de movimentos alfandegários. São eles: *alealdar*, *desalealdar* e *meter*.

O primeiro surge de imediato na identificação da fonte: «*Alealdamento das alfândegas dos portos de Trás-os-Montes*». O termo *alealdamento* aparece no início do reinado de Afonso III como título de lei, tendo esta como objectivo garantir um equilíbrio entre as exportações e a importação<sup>5</sup>. Assim, os mercadores eram obrigados a manifestar, ou seja, dar a conhecer, aos oficiais das alfândegas, as mercadorias que faziam circular. A importância do acto de *alealdar* ressalta também do facto de, por várias vezes, surgirem protestos devido a algum mercador levar «*sem alealdar e vinha desalealdar a dita mercadoria*»<sup>6</sup> ou de produtos que passaram «*sem alealdar*»<sup>7</sup>.

Gama Barros referiu-se a este processo da seguinte forma: «*Os commerciantes, naturaes ou estrangeiros, que forem a Castella ou de lá vierem, irão logo à casa da alfândega do porto descarregar as mercadorias, as quaes hão de ser ahi abertas e vistas pelo recebedor do porto, escrivão e védor; este aponta n'um livro para isso destinado as coisas alealdadas, e o escrivão as regista no seu. No fim do anno o védor envia o livro ao contador da comarca, a fim de o concertar com o do escrivão do porto que tambem lh'o ha de ter mandado*»<sup>8</sup>.

No entanto, se a figura jurídica expressa pelo termo *alealdar* se encontra definida, tanto mais que já no séc. XIII constitui matéria legível, o mesmo já não se verifica em relação aos outros dois termos atrás mencionados; continuamos sem

<sup>5</sup> *Dicionário de História de Portugal*. «Lealdamento ou Alealdamento», vol. III, p. 443.

<sup>6</sup> A.N./T.T. *Núcleo Antigo*, n.º 825, fl. 3.

<sup>7</sup> A.N./T.T. *Núcleo Antigo*, n.º 825, fl. 20.

<sup>8</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa. Tomo X, p. 189.

poder precisar o seu alcance. Na nossa fonte, quer em termos numéricos, quer na forma de registo, existe uma paridade no emprego dos termos *alealdar* e *desalealdar*.

O terceiro termo apontado no código, *meter*, parece estar relacionado com o movimento de importação, a avaliar pelas palavras coevas. João Esteves, mercador, obrigou-se com João Mendes, seu procurador «...de meter este ano do seu arrendamento neste porto de Castella pera Portugall outo panos e pagar por pano de dizima sisa trezentos reais quer os meta quer nom todavia pague fora as pagas segundo custume se mais meter pollo preço...»<sup>9</sup>. Ao longo do livro surgem outros registos que parecem corroborar esta ideia, entre os quais salientamos o caso do mercador Pedro de Gomes que aos 28 de Dezembro meteu «...duas cargas de cynlhas e cabestros e cadeas que forom avaliadas em nove mill reais de que devia dizima novecentos reais...»<sup>10</sup>, bem como Francisco «Gallom» que se obrigou «... por meter sem direito de meter este ano dois panos e pagar por pano de dizima e sisa trinta reais quer os meta quer nom e pague e se mais meter sem direito pague segundo custume»<sup>11</sup>.

Vejam agora quais os produtos que por ela circulavam e a sua distribuição ao longo do ano de 1517. Depois ocupar-nos-emos dos mercadores e dos movimentos por eles manifestados no decorrer do referido ano. Optamos por fazer dois quadros, um para as figuras jurídicas de *alealdar* e *meter*, outro para registar os bens desalealdados, seguidos de um gráfico que conta com o total de registos efectuados ao longo do ano.

Em relação aos produtos alealdados e metidos, verifica-se uma grande variedade que vai desde os têxteis, do peixe, dos cereais, dos derivados dos animais até aos aprestos de almocrevaria, entre outros.

A distribuição destes movimentos não é uniforme ao longo do ano. Assim, enquanto que no mês de Janeiro não se procedeu a qualquer registo, Março é o mês em que circulou uma maior variedade de produtos, num total de doze, logo seguido de Abril e Dezembro com nove, Junho com oito, Fevereiro e Novembro ambos com sete.

O silêncio do mês de Janeiro causou-nos alguma estranheza. Duas hipóteses explicativas nos parecem plausíveis. A primeira delas prende-se com a forma como o livro teria sido elaborado. Teria o registo dos produtos manifestados começado apenas em Fevereiro, à semelhança do ocorrido em Vila do Conde no ano de

<sup>9</sup> A.N./T.T. Núcleo Antigo, n.º 825, fls. 54v-55.

<sup>10</sup> A.N./T.T. Núcleo Antigo, n.º 825, fl. 34v.

<sup>11</sup> A.N./T.T. Núcleo Antigo, n.º 825, fl. 66.

Quadro 1 – Produtos alealdados e metidos

P M	Têxteis										Peixe			Cen- teio	Cera	Mel	Baldeu	Mesas	Rodas	Fusos	Cânha- mo	Macho	Aprestos almocr.	Reais
	Valen- ciano	Lenço	Estopa	Seda	Seda fina	Panos	Lorida	Lam- preia	Sável	Pes- cada	Solho													
Jan.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fev.	150d	-	-	-	-	-	904	188	47	6d	-	-	20A	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	
Mar.	490d	250v	2090v	-	-	5	1072	100	400	-	-	16A	9A/40ar	-	-	-	20	-	60ped	-	-	-	77	
Abr.	266d	300v	1200v	-	-	1,5	460	-	300	-	-	15A	3A	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	
Mai.	-	-	300v	-	-	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	
Jun.	325d	600v	2660v	-	-	6	-	-	-	-	-	-	4A	-	-	30	-	-	250v	-	-	-	-	
Jul.	540d	250v	300v	-	-	6 + 7c	-	-	-	-	20d	-	-	-	-	-	40	-	5000	-	-	-	-	
Ago.	100d	650v/ 600L	1000v/ 400L	25L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-	-	-	1L	-	-	
Set.	-	240v	1300v	-	-	3	-	-	70	-	180d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Out.	530d	550v	1500v	-	-	-	-	-	-	-	-	26A <sup>15</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nov.	300d <sup>12</sup>	1000v	1000v	-	-	9	-	-	-	-	-	9A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez.	30d <sup>13</sup>	1500v <sup>14</sup>	1800v	-	-	22	-	-	-	-	-	22A <sup>16</sup>	25alm	-	-	30	-	-	-	-	-	10L	-	
Total	2731d	5340v 600L	13150v 400L	25L	7L	51.5 7c	2436	288	867	6d	200d	31A	95A 40ar	25alm	100d	254	70	5000	60ped 250v	11L	2car	2car	77	

<sup>12</sup> Destas 300 dúzias, 100 são relativas apenas a lavor. No entanto, e dado que a unidade de medida é a mesma, cremos tratar-se do mesmo produto, uma vez que ao longo da fonte o valenciano é designado por lavor valenciano.

<sup>13</sup> São 30 dúzias de lavor. A propósito, veja-se a nota anterior a esta.

<sup>14</sup> Destas 1500 varas, 1000 são pela medida castelhana.

<sup>15</sup> Destas 26 arrobas, 2 são pela medida castelhana.

<sup>16</sup> Arrobas portuguesas.

d (dúzias)  
A (arrobas)  
ar (arratéis)  
alm (almudes)  
v (varas)  
c (côvados)  
L (libras)  
ped (pedras)

Quadro 2 – Produtos *desalealdados*

M	P	Numerário		Cereais			Solho	Lenço	Baldrês	Rodas de madeira	Outros
		Reais	Cruzados	Pão	Trigo	Centeio					
Jan.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fev.		17500	22	-	4 fan 10 alq 1 car	-	-	-	-	-	-
Mar.		55035 <sup>17</sup>	225	-	2 fan 304alq 20alq <sup>18</sup> 2 car 25	-	-	-	-	-	2
Abr.		18230 <sup>19</sup>	32	-	24 alq	28 alq	-	-	-	-	-
Mai.		21100	30	1 car	2 car	-	60d	-	-	356	-
Jun.		12500	93	-	-	-	66d	260v	8d	12	-
Jul.		5750	23	-	-	-	-	-	-	80	-
Ago.		13500	90	-	-	-	-	-	-	-	-
Set.		7000	30	-	-	-	-	-	-	-	-
Out.		-	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Nov.		116400	42	-	-	-	-	-	30d	-	-
Dez.		8600	85	-	-	-	-	-	30d	90	-
Total		269580 reais + 6035 rs de prata	691	1 car	6 fan 338alq 20alq <sup>20</sup> 5 car 25	28 alq	126d	260d	68d	538	2

fan (fangas)

alq (alqueires)

d (dúzias)

car (carregas)

v (varas)

1504<sup>21</sup>? A segunda razão poderá estar ligada às condições climatéricas adversas, próprias do Inverno, e por isso, impeditivas da circulação de homens e produtos.

Os têxteis são os mais frequentes e os mais constantes, destacando-se a estopa que aparece em dez meses, seguida do lenço e do valenciano, presente em nove. Há produtos que são mencionados uma só vez, como é o caso da seda e da seda fina, das pescadas, do mel, das rodas de madeira, dos fusos, do «cavalimo»<sup>22</sup>, dos aprestos de almocrevaria e, finalmente, do numerário. Em grande

<sup>17</sup> Destes 55035 reais, 35 são de prata.

<sup>18</sup> De trigo e cevada.

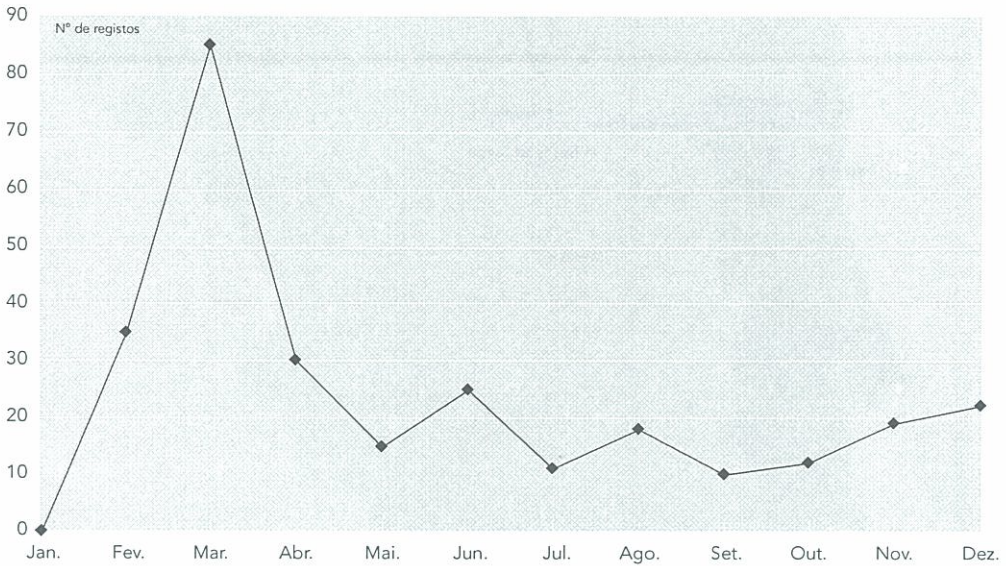
<sup>19</sup> Destes 18230 reais, 6000 são de prata.

<sup>20</sup> De trigo e cevada.

<sup>21</sup> PEREIRA, João Cordeiro – *Para a história das alfândegas em Portugal no início do séc. XVI ...*, p. 27.

<sup>22</sup> Até ao momento não conseguimos apurar o significado deste termo.

**Gráfico 1 – Registos alfandegários (1517)**  
(total dos registos de *alealdar*, *desalealdar* e *meter*)

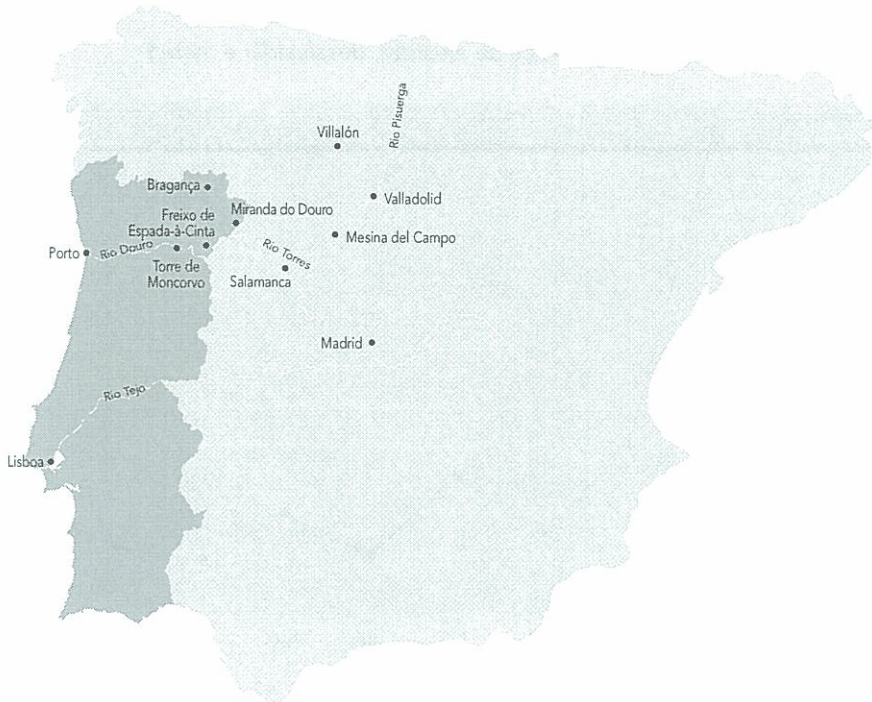


parte do ano, temos o registo de panos, mesas de Nantes e cera, seguidos dos sáveis. Por último, fazemos uma chamada de atenção para o peixe, cuja predominância se dá nos meses de Fevereiro, Março, Abril e, em menor escala, Setembro. Esta concentração sazonal do peixe pode relacionar-se com a época da pesca, bem como com as condições de conservação. A distribuição homogénea e constante dos têxteis (sobretudo da tríade composta pelo valenciano, lenço e estopa) não se encontra sujeita aos mesmos critérios.

Temos também que pensar na distribuição destes géneros e na sua integração na rede comercial. Que feiras existiam nesta zona e em que épocas do ano tinham lugar, não deixando de pensar na eventual colocação destes produtos em redes comerciais de mais largo alcance<sup>23</sup>. Para tal, observemos o mapa que se segue que, para além de ter assinalada a localização de Freixo, conta com a rede hidrográfica e os locais privilegiados de trocas comerciais, ou seja, as feiras.

Existe uma coincidência de calendarização entre as feiras de ambos os reinos. Assim, se D. Dinis instituiu uma feira em Miranda do Douro com duração de quinze dias, tendo o seu início um mês após a Páscoa, em Medina del Campo realizava-se uma outra igualmente trinta dias depois desta celebração religiosa, com

<sup>23</sup> MARQUES, José – *As relações de Portugal com Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 40-41 (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).



duração de cinquenta dias<sup>24</sup>. No reino de Castela tinha lugar uma terceira feira na Quaresma, a partir do final do séc. XV, bem como outras duas em diferentes locais: Valladolid e Villalón<sup>25</sup>.

Dentro desta actividade alfandegária e mercantil, ao analisarmos o códice que serviu de base a este trabalho, deparamos com outro termo, isto é, *desalealdar*, que nos ajuda a dimensionar o tráfego portuário de Freixo. À semelhança do que verificamos em relação aos produtos alealdados, também em Janeiro não foi registado qualquer movimento neste sentido. O número de produtos ligados ao termo *desalealdar* é menor, quando comparado com a variedade de géneros patente no Quadro 1. Em relação ao *desalealdar*, como se pode verificar pela análise do Quadro 2, há uma predominância marcada pelo numerário, expresso quer em reais quer em cruzados, ao longo de onze meses. As espécies monetárias são seguidas pelo trigo. Este, além de ser o cereal mais frequente, é o único que é referenciado através de várias unidades de medida, desde a fanga aos alqueires

<sup>24</sup> PALMEIRÃO, Cristina Maria Gomes da Costa – *Os forais de Miranda (1286-1510)*. Miranda do Douro: Câmara Municipal, 1994, p. 39.

<sup>25</sup> VALDIVIESO, Maria Isabel del Val – *Mercaderes portuguesas en Medina del Campo (siglo XV)*. In «Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval». Porto: I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1987, vol. II, p. 594.



e às carregas. O pão e o centeio, assim como o lenço, fazem parte dos produtos que só aparecem em um mês, respectivamente em Maio, Abril e Junho.

Após a leitura e análise da fonte ficamos a conhecer as mercadorias manifestadas ao recebedor do porto, escrivão e vedor<sup>26</sup>; no entanto, não podemos ignorar que um registo depende da vontade do homem e, como tal, não é o reflexo de toda a verdade. Apesar dos esforços legislativos no sentido de evitar as fugas ao controlo daqueles que para isso tinham autoridade<sup>27</sup>, muitos outros movimentos de produtos processavam-se à margem, na penumbra do contrabando. Se a eles tivéssemos acesso, por certo que a nossa imagem deste vai-vem de homens e produtos seria muito mais fidedigna.

#### 4. O ELEMENTO HUMANO

Nas alfândegas dos portos secos encontram-se os agentes do poder real e os mercadores. Da lista dos oficiais régios, e seguindo Gama Barros, faziam parte o recebedor, o escrivão e o vedor<sup>28</sup>. O código que utilizámos apenas faz referência ao recebedor do porto, sendo ele Álvaro Gonçalves<sup>29</sup>. Para além destes homens, outros havia que podemos agrupar com a designação genérica de mercador. As operações levadas a cabo por cada um destes homens estão perfeitamente individualizadas e identificadas com o nome, acrescido de elementos toponímicos e/ou de parentesco. Num total de 60, estas pessoas eram as responsáveis pelo movimento da alfândega deste porto.

No sentido de completarmos a imagem fornecida pelo quadro da pág. 108, elaborámos um outro (Quadro 4), com o total de mercadores em cada mês, os registos por eles efectuados e a média mensal entre estes dois elementos.

Constatamos um natural desequilíbrio entre homens e mulheres com uma supremacia acentuada para os primeiros. As segundas estão presentes em cinco registos: duas mulheres desempenham a função de mercadoras, encabeçando registos alfandegários – são elas Beatriz Lopes e Margarida Pires, mulher de Pedro Esteves. As outras três servem de referência à identificação de personagens masculinas, tanto pelo casamento (João Gonçalves, marido de Elvira Ramos), como no seu papel de progenitoras (Pedro Gonçalves, filho de Maria Simão e João Fernandes, genro de Beatriz Pires).

<sup>26</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal ...*, tomo X, p. 189.

<sup>27</sup> Na lei de almotaxaria de 1253 foi fixado o princípio do lealdamento (Dicionário de História de Portugal, «Alfândega», vol. I, p. 94-96).

<sup>28</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal ...*, tomo X, p. 189.

<sup>29</sup> A.N.T.T. Núcleo Antigo, n.º 825, fl. 55. Pertencente à casa do rei, Álvaro Gonçalves foi nomeado por D. Manuel para este ofício por carta de 4 de Dezembro de 1499 (A.N.T.T. Chancelaria de D. Manuel, l. 14, fl. 76v).

Quadro 3 – Tipo de registos feitos por cada mercador

P M	Alealdar/meter												Desalealdar												T
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3
2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
3	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	8
4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
5	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
6	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6
7	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
8	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
9	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
10	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
11	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
12	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	9
13	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
14	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
15	-	2	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	3	1	-	-	-	1	-	-	10
16	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	1	1	1	-	12
17	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
18	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 <sup>30</sup>
19	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
20	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	7
21	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
22	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
23	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
24	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 <sup>31</sup>
25	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5
26	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	4
27	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
28	-	-	1	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-	9
29	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
30	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
32	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
33	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
34	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
35	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
36	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
37	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
38	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

(continua)

<sup>30</sup> Sem alealdar.<sup>31</sup> Não alealdou.

(continuação)

P M	Alealdar/meter												Desalealdar												T
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
39	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
40	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
41	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
42	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
43	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
44	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
45	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
46	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
47	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
48	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	7
49	-	-	1	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	8
50	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
51	-	-	1	1	-	1	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	1	1	12
52	-	-	1	1	-	1	-	1	1	1	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	1	-	1	1	15
53	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	4
54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
55	-	-	2	-	-	1	1	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
56	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	6
57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	5
58	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	4
59	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	8
60	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3

- 1 João Sanches
- 2 Domingos Vasques
- 3 Pedro Martins
- 4 João de Estarreja
- 5 Francisco do Porto
- 6 Gaspar Borges
- 7 João Gonçalves, filho de Diogo Gonçalves
- 8 António Martins, genro de Diogo Fernandes
- 9 Martim Francisco
- 10 Francisco Lopes, filho de Afonso Lopes
- 11 Domingos Martins
- 12 João Gonçalves, marido de Elvira Ramos
- 13 Pedro Anes, genro de Pero Ferreiro (?)
- 14 Pedro do Porto
- 15 Pedro Gonçalves, genro de Silvestre (?) Alvares
- 16 Margarida Pires, mulher de Pedro Esteves
- 17 Pedro Gonçalves, filho de Maria Simão
- 18 João Manso
- 19 Beatriz Lopes
- 20 Pedro Gonçalves, filho de Pº Gonç. de Almeida
- 21 João de Sevilha
- 22 Jusarte do Porto
- 23 Afonso Alvares, filho de Afonso Gonçalves
- 24 João Martins, filho de Gonçalo Martins
- 25 Francisco Sanches
- 26 Luis Pires
- 27 Álvaro Pires, filho de Pedro Luis
- 28 João Fernandes, genro de Beatriz Pires
- 29 Pedro de Pires
- 30 Gomes

- 31 Pedro Gonçalves, genro de Pedro Luis
- 32 Francisco Gonçalves das Eiras
- 33 Pedro Luis, genro de Pedro Martins
- 34 Gaspar Fernandes, genro Pº Gonç. Almeida
- 35 Pedro Gonçalves, sapateiro
- 36 ... Sanches
- 37 Pedro Marinho
- 38 ... Afonso
- 39 Aparício Afonso
- 40 Bartolomeu Álvares
- 41 Pedro Gonçalves, genro Pedro Francisco
- 42 Simão Fernandes
- 43 Pedro Gonçalves Barreto
- 44 Fernão Pires de Pereira
- 45 Jorge Fernandes
- 46 João Fernandes
- 47 Simão Gonçalves
- 48 João Esteves das Eiras
- 49 Afonso Esteves
- 50 Gonçalo J. Eanes
- 51 João Martins
- 52 Fernão Eanes
- 53 Gonçalo Luis
- 54 João Lopes
- 55 João Gonçalves Geiras
- 56 Francisco ...
- 57 António Pires, escudeiro
- 58 Diogo Lopes
- 59 Francisco Gonçalves, genro Álv. do Porto
- 60 Álvaro Pires

Quadro 4

Meses	Total de mercadores	Total de registos	Média registo/mercador
JANEIRO	0	0	0
FEVEREIRO	22	35	1,6
MARÇO	37	86	2,4
ABRIL	22	31	1,4
MAIO	12	14	1,2
JUNHO	17	24	1,4
JULHO	8	11	1,3
AGOSTO	9	16	1,8
SETEMBRO	7	10	1,4
OUTUBRO	11	12	1,1
NOVEMBRO	14	17	1,2
DEZEMBRO	13	23	1,8

Em relação à referência aos graus de parentesco como elementos de identificação de um mercador, a via descendente é a mais frequente. A filiação aparece sete vezes e a qualificação de genro oito, enquanto que primo é mencionado uma só vez, o que de imediato nos leva a colocar a questão, se não mesmo a hipótese, da transferência familiar do exercício destas funções. Dito por outras palavras, o negócio poderia passar para familiares mais novos, que lhe dariam continuidade.

A identificação dos mercadores é muito difícil, tanto mais que não consultamos outra documentação coeva para Freixo de Espada-à-Cinta.

## 5. CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão parece-nos oportuno destacar alguns aspectos do que acabou de ser dito. Assim, afigura-se-nos importante realçar tanto a circulação de produtos, cuja variedade nos parece razoável, com relevo para os têxteis e os cereais, como a circulação de homens que ao longo do ano estabeleciam a ponte entre terras do reino castelhano e do território português. Esta ligação, embora privilegiando os aspectos comerciais, alargar-se-ia a trocas bem mais vastas e que diziam respeito à vivência de ambos os povos.

Homens e bens, como vimos, passavam a fronteira entre os dois reinos, de uma forma controlada por um sistema que, através de um registo ou manifesto dos produtos, se pautava pela preocupação de equilíbrio entre a importação e a exportação, interpretação para a qual contribuiu a constatação dos termos *alealdar* e *desalealdar*, contidos no código por nós estudado.

Quanto à distribuição dos produtos ao longo do ano, caberá salientar que não encontramos uma homogeneidade. Como já referimos, Março parece ter sido o mês em que mais produtos circularam pelo porto de Freixo. Produtos estes, cujo destino nos conduziria desde o comércio local, passando pelas feiras e que provavelmente se estenderia a redes comerciais de mais largo alcance. Escapou-se-nos, contudo, o movimento que clandestinamente se efectuará ao longo da fronteira entre ambos os reinos, mas cujos produtos teriam um destino semelhante aos legalmente movimentados.

Esta será sem dúvida uma pálida imagem do ambiente que circundava os pontos de passagem entre terras portuguesas e castelhanas. Muito haveria ainda a refletir sobre variados aspectos que, por certo, escapam hoje aos nossos olhos. Destes podemos reter como exemplo a importância dos homens que a esta actividade se dedicavam no contexto da região transmontana, os percursos biográficos, as ligações familiares que parecem proporcionar em alguns casos uma continuidade no exercício das funções ligadas ao comércio, os transportes, a duração das viagens, o custo das mesmas, entre outros.

Este é um trabalho cuja dimensão não pode esgotar-se no estudo de uma só fonte. Há que complementar com dados provenientes de outros acervos documentais relacionados com a região em causa.

1  
C. de Moraes

2  
C. de Moraes

3  
C. de Moraes

4  
C. de Moraes



5  
C. de Moraes

6  
C. de Moraes